



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0004965-65.2011.2.00.0000**Requerente:** Jorge Rafaat Toumani**Requerido:** Conselho da Justiça Federal**Advogado(s):** MS001099 - Manoel Cunha Lacerda (REQUERENTE)

EMENTA. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. PRAZO SUPERIOR A CINCO ANOS. AFRONTA DIRETA À CONSTITUIÇÃO NÃO RECONHECIDA.

I - O ato administrativo editado há mais de cinco (5) anos não pode ser objeto de controle administrativo pelo Conselho Nacional de Justiça, segundo dispõe o parágrafo único do art. 91 do Regimento Interno.

II - Incabível o argumento de que houve afronta direta à Constituição se o tema foi submetido ao Supremo Tribunal Federal por meio de *habeas corpus*, que entendeu que não houve inconstitucionalidade na especialização de vara federal promovida pelo ato administrativo ora impugnado.

III- Recurso administrativo improvido.

Voto

Não admiti o controle porque o ato impugnado foi praticado há mais de cinco (5) anos, nos termos do art. 91 parágrafo único do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

Não acolhi o argumento de que houve afronta direta à Constituição porque o tema foi submetido ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal por meio do *habeas corpus*

Discordo de que o v. acórdão não tenha enfrentado a tese na medida em que ela foi explicitada na petição inicial, o que entregou àquele órgão a apreciação do tema a ser decidido, mesmo que não tenha havido, no entanto, referência expressa a todos os argumentos desenvolvidos na inicial.

Na ementa consta que o provimento apontado como inconstitucional especializou a vara federal já criada nos

exatos limites da atribuição que a Carta Magna confere aos tribunais e que não houve violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do juiz natural e da perpetuação da jurisdição. É o que basta para afastar a alegação de afronta direta à Constituição.

No entanto, para afastar qualquer dúvida quanto ao fato de o Supremo Tribunal Federal ter analisado a questão, trago abaixo a íntegra do Voto do Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** **que fundamentou o Acórdão**, cuja leitura indica que todos os argumentos apresentados pelo requerente, ora recorrente, foram analisados e rejeitados à época, de modo que os argumentos de afronta direta à Constituição já foram conhecidos e rejeitados pelo Supremo Tribunal Federal:

“16/06/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 96.104 MATO GROSSO DO SUL

Paciente: Jorge Rafaat Toumani

Paciente :Joseph Rafaat Toumani

Impetrante: Manoel Cunha Lacerda

Coator: Superior Tribunal de Justiça

V O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que é caso de denegação da ordem.

Conforme relatado, os pacientes respondem à ação penal pela prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes, que, em virtude de conexão, tramitava em conjunto com outras três ações na Iª Vara Federal de Ponta Porã/MS, sendo que uma destas tratava do crime de lavagem de capitais.

Com efeito, esta impetração insurge-se contra o Provimento 275 do Conselho da Justiça Federal do Tribunal Regional Federal da 3^a Região, no tocante a especialização da 3^{fl} Vara Federal de Campo Grande/MS para o julgamento dos crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de capital.

Destaco, por oportuno, que o Provimento 275, de 11/10/2005, do Conselho da Justiça Federal, em seu art. I^a, apresenta a seguinte disposição:

"Especializar a 3^a Vara Federal de Campo Grande, integrante da I^a Subseção da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, atribuindo-lhe competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de *lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores⁰.

Ademais, o mesmo provimento determina à redistribuição

"à 3^a Vara Federal de Campo Grande de todos os feitos em andamento em qualquer das Varas Federais da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul que tratem dos crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de *lavagem¹ ou ocultação de bens, direitos e valores, observando-se as cautelas de sigilo, a ampla defesa e o devido processo legal" (art. 7^{fl}, I).

Assim, em razão da edição do mencionado provimento/ ação penal a que respondiam os pacientes foi redistribuída para a 3^a Vara Federal de Campo Grande/MS.

A questão ensejou inclusive ajuizamento de ação no Superior Tribunal de Justiça para dirimir a controvérsia de conflito de competência, concluindo aquela Corte Superior pela

legalidade do Provimento 275 do TRF da 3ª Região nos autos do CC 57.838/MS, Rei. Min. Laurita Vaz, que possui a seguinte ementa:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS, LAVAGEM DE DINHEIRO, SONEGAÇÃO FISCAL ETC. CONEXIDADE ENTRE OS CRIMES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. CRIAÇÃO DE VARA ESPECIALIZADA. REDISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA, PORTANTO, ABSOLUTA. 1. Entre os vários delitos perpetrados, evidencia-se o liame entre os agentes, pretensamente integrantes de uma organização criminosa, dedicada primordialmente ao tráfico internacional de drogas, o que enseja a competência da Justiça Federal.

2. A especialização da 3ª vara Federal de Campo Grande - SJ/MS

para os crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de capital implica o estabelecimento de competência em razão da matéria e, portanto, absoluta, o que determina a remessa dos feitos, mesmo em andamento, para a Vara Especializada, atraindo, também, as ações conexas.

3. Conflito conhecido, sendo declarado competente o Juízo Federal da 3ª Vara de Campo Grande - SJ/MS, devendo os autos da ação penal autuada sob o n.º 019.00.004207-0 serem a este imediatamente remetidos. Medida Cautelar n.º 11.205/MS, em apenso, julgada prejudicada por perda de seu objeto".

É contra este entendimento do STJ que se insurge o impetrante, sustentando, em suma, que houve no caso violação aos princípios do juiz natural, da vedação ao juízo de exceção, do devido processo legal e da perpetuatio jurisdictionis.

Entendo que não assiste razão ao impetrante, pois, como consignei no voto que proferi no HC 91.253/MS, de minha relatoria:

"(...) a Constituição Federal reza que compete ao Judiciário, privativamente, "eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos" (art. 96, a) .

A

Não fosse isso, a Lei 5.010/66 prevê que nas "Seções Judiciárias em que houver mais de uma Vara, poderá o Conselho da Justiça Federal fixar-lhes sede em cidade diversa da Capital, especializar

Varas e atribuir competência por natureza de feitos a determinados Juizes" (art. 12).

Trata-se precisamente da hipótese sob exame. O Provimento 275 em questão não cria novas varas, nem altera a organização ou a divisão judiciária. Simplesmente especializou determinada vara para o processamento e julgamento dos delitos praticados em detrimento do sistema financeiro nacional, bem como os de lavagem de capitais".

Desta maneira, não há o que se falar em violação ao princípio do juiz natural ou em criação de juízo de exceção, apenas houve a especialização de determinada vara judicial em razão da matéria. Segundo o art. 96, I, a, da Carta Magna, é possível a alteração da competência dos órgãos do Poder Judiciário por deliberação dos Tribunais.

Esse entendimento já foi confirmado por esta Corte no julgamento do HC 94.146/MS, Rei. Min. Ellen Gracie, cuja ementa, transcrevo abaixo:

"DIREITO PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691 /STF. ESPECIALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIA FRATIONE MATERIAEj . PROVIMENTO 275 DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE POSTULADOS

CONSTITUCIONAIS. (...) 2. O Provimento 275, de 11 de outubro de 2005, do Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, especializou a 3ª

Vara Federal de Campo Grande/MS, atribuindo-lhe competência exclusiva para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. 3. Não há perpetuatio jurisdictionis, visto que a leitura interpretativa do art. 96, I, a, da Constituição Federal, admite que haja alteração da competência dos órgãos do Poder Judiciário por deliberação dos tribunais. 4. No caso ora examinado houve simples alteração promovida administrativamente, constitucionalmente admitida, visando a uma melhor prestação da tutela jurisdicional, de natureza especializada da 3ª Vara Federal de Campo Grande, por

intermédio da edição do Provimento 275 do Conselho da Justiça Federal da 3^a Região. Precedente. 5. Habeas corpus não conhecido" (grifos meus).

Ressalto, ainda, que o Tribunal, no julgamento do HC 88.660/CE, Rei. Min. Cármen Lúcia, firmou entendimento no sentido de que "o tema pertinente à organização judiciária não **estaria** restrito ao campo de incidência exclusiva da lei, uma vez que dependeria da integração de critérios preestabelecidos na Constituição, nas leis e nos regimentos internos dos tribunais". Ademais, ficou consignado que a especialização de vara federal para julgamento de crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro, por meio de resolução, não ofende os princípios do juiz natural e da reserva legal (Informativo 506 do STF).

Da mesma forma assentou o Ministério Público Federal, conforme o trecho do parecer apresentado que ora destaco:

"O ato de especialização de vara federal não altera a organização judiciária. Não é nada mais do que a definição de uma competência em razão da matéria -espécie de competência absoluta, que encontra respaldo constitucional-, motivo pelo qual alcança os atos pendentes ou em andamento. O Provimento n^a 275 não criou vara, nem alterou a organização e divisão judiciária, apenas especializou a 3^a Vara Federal de Campo Grande/MS para o processamento de determinados crimes"" (fl. 57) .

Isso posto, denego a ordem".

Posto isso, **nego provimento** ao recurso administrativo interposto por Jorge Rafaat Toumani.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

Silvio Rocha
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por SÍLVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA em 27 de Outubro de 2011 às 19:07:39



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **93002**



120110171220000000000000092294